

Prostitutas e Movimento Político: a valorização da Profissional do Sexo

Frederico Sidney Guimarães

360

Resumo: Este trabalho objetiva analisar o surgimento e organização do movimento político em defesa da valorização da Profissional do Sexo no Rio de Janeiro. Durante a conjuntura política da década de 1980, as prostitutas nesta cidade tiveram seus primeiros ensaios para organização de entidades em defesa de suas causas, que influenciaram a realização do I Encontro Nacional das Prostitutas em 1987 e a estruturação da Rede Brasileira de Prostitutas. Através da prática de parceria e informação, este movimento conseguiu resultados consideráveis na melhoria da auto-estima da mulher prostituta e nas campanhas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Tem como utilização a metodologia da História Oral e leituras de fontes escritas disponibilizadas nas ONGs pesquisadas.

Palavras chave: Prostituição, Movimentos Sociais, cidadania.

Prostitutes and political movement: the valorization of sex worker

Abstract: This paper analyses the organization and creation of politic movement that defends Professional of Sex rights and for their valorization on the city of Rio de Janeiro. It was influenced by politic context of 1980 decade, when was organized the I National Meeting of Prostitutes in 1987 and established the Prostitutes Brazilian Network. This movement achieves great success on sexual diseases prevention and has had considerable results on prostitutes self-stigma improvement. We use the Oral History methodology and the support of written sources available on ONGs that was visited.

Key words: Prostitution, Social Movements, citizenship.

361

No tempo em que a maçã foi inventada
Antes da pólvora, da roda e do jornal
A mulher passou a ser culpada
Pelos deslizes do pecado original.
Guardiã de todas as virtudes
Santas e megeras, pecadoras e donzelas
Filhas de maria
Ou deusas lá de Hollywood
São irmãs porque a mãe natureza
Fez todas tão belas.
Oh! mãe, oh! mãe
Nossa mãe, abre o teu colo generoso
Parir, gerar, criar e provar
Nosso destino valoroso.

São donas-de-casa
Professoras, bailarinas
Moças operárias, prostitutas meninas
Lá do breu das brumas,
Vem chegando a bandeira
Saúda o povo e pede passagem
A mulher brasileira.

Maria Bethânia - Mulheres Do Brasil

INTRODUÇÃO

362

Os versos acima exaltam a mulher brasileira e possuem uma generalidade sobre a variedade de atividades e qualidades que podem ser encontradas no cotidiano do universo feminino. A prostituta menina é retratada como qualquer outra qualificação, assim como se especifica que elas também podem ser mães, solteiras ou casadas, santas ou megeras. São nas antíteses, nos paradoxos, na multiplicidade de entendimentos que compreendemos que o indivíduo é multi-facetado e que sua personalidade deve ser respeitada.

Através dessas premissas que surge o movimento social em defesa da mulher prostituta, que luta pelo reconhecimento de sua cidadania, saúde e condições de trabalho. Este trabalho se propõe a analisar o surgimento desta mobilização na cidade do Rio de Janeiro e as formas

que encontraram para organizar a representação de suas causas e a estruturação de seus órgãos, inclusive a tentativa de se efetivar um movimento nacional. Nosso objetivo é analisar a conjuntura histórica que propicia a organização política desses atores sociais e a as atividades desenvolvidas em defesa da Profissional do Sexo.

Este artigo possui sua importância pela possibilidade de compreensão das atividades de diversos atores sociais, nesse caso as prostitutas, que vem despertando interesses nas áreas acadêmicas recentemente, tendo muito ainda a ser estudado. Além disso, estamos trabalhando com fontes orais que permitem a exposição de opiniões das personagens participantes do movimento, enfatizando a riqueza das representações sociais envolvidas.

Não é intenção restringir as organizações políticas das prostitutas a uma única cidade, ignorando a contribuição das outras áreas com mobilizações semelhantes, que também devem ser analisados detalhadamente, entretanto nosso foco se concentrou na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente nas áreas conhecidas como “Zona do Mangue”, uma região reconhecida pela existência de diversos estabelecimentos de prostituição. Nesse espaço foram organizadas as primeiras atividades políticas na cidade que possibilitaram a organização do I Encontro Nacional das Prostitutas em 1987, evento que fortaleceu as estratégias de expansão do movimento nacionalmente.

No Rio de Janeiro, esse encontro marcou o início da luta institucionalizada. Não podemos deixar de mencionar, entretanto que havia um histórico de iniciativas que contribuíram para o amadurecimento da consciência das prostitutas sobre seus direitos e para a conseqüente mobilização pela proteção social e reconhecimento internacional de suas causas. Neste caso, há como exemplo dois fatos que se tornaram símbolos: a ocupação de uma igreja na França por prostitutas locais como forma de protesto e, no Brasil, as manifestações contrárias às arbitrariedades da polícia e das políticas públicas em seus territórios no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

A ocupação da Igreja Saint-Nizier, em Lyon, em 1975 por 150 prostitutas que protestavam contra as multas, prisões e assassinatos simbolizou o Dia Internacional das Prostitutas, 2 de junho⁷². Historicamente, este evento se tornou notório por defender, num local religioso, um grupo social cujas atividades de provimento financeiro contrastavam com os padrões éticos e morais das religiões cristãs.

Considerado o aspecto histórico do processo de lutas, este trabalho reconhece estas iniciativas como sendo capaz de modificar os padrões clássicos de comportamento e trabalho, a partir do momento em que se exige do estado a

⁷² <http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=64776>
acessado no mês de novembro de 2006.

legalização de uma atividade incontestavelmente discriminada pela maioria da sociedade.

O surgimento dessas atividades de contestação reflete um caminho no qual a própria sociedade brasileira, considerada democrática e liberal, amadurece suas instituições políticas e cria possibilidade para melhorar a relação entre os diferentes padrões comportamentais dos indivíduos. Esta afirmação parte do pressuposto de que essa luta não se encontra respaldada apenas na participação das próprias profissionais do sexo, mas pelo apoio dado a tais questões por outros setores como movimentos religiosos, homossexuais e algumas representantes feministas.

Mesmo assim, não se pode deixar de lado o fato de que um dos problemas que enfrentamos atualmente é a melhor definição de democracia e como ela pode ser vivenciada na complexidade do jogo social. A dúvida faz parte da problemática de equiparar, num mesmo plano de conquista, a noção de igualdade e direito para todos. Esta questão fica evidente a partir do momento em que uma sociedade democrática e de direito considera parte dos grupos populacionais como inferiores e destituídos do reconhecimento de sua cidadania e/ou os submete a controles sociais por conta de seus comportamentos. (HARDT, 2000)

Destacamos a importância não apenas da luta pela regulamentação do trabalho, mas pela ampliação de direitos

sociais e civis, considerando, nesse caso, não apenas o ganho da proteção trabalhista, mas também aceitabilidade e respeito social às prostitutas. Percebe-se que este movimento encontra barreiras não apenas na estrutura dos estados e das instituições tradicionais da sociedade, mas também nos próprios integrantes do que seria esta categoria de trabalho⁷³.

No decorrer do processo de luta, foi criada uma série de iniciativas para expandir as atividades políticas, de acordo com os problemas próprios da categoria. Não podendo se organizar em sindicatos e necessitando arrumar meios de manter uma comunicação, inclusive considerando a distância nacional, os responsáveis por este movimento optaram por criar uma “rede” de atuação. Através de uma cadeia de relacionamentos inter-grupais e diversidade de associações, as Profissionais do Sexo procuram manter uma coesão mobilizatória em meio a tanta multiplicidade de sujeitos envolvidos.⁷⁴

Entender o funcionamento desse instrumento de luta será um processo que necessitará partir do pressuposto de que os sujeitos envolvidos nessa cadeia de relacionamento possuem autonomia e identificações próprias, sejam elas individuais ou mesmo grupais. Essa observação se faz pertinente devido à ausência de uma norma ou qualificação

⁷³ Um exemplo dessas barreiras é o fato de não ser consenso, entre as prostitutas, da necessidade da legalização de suas atividades. Mesmo nas organizações, as militantes não demonstram, em seus discursos, uma clareza nas opiniões favoráveis a legalização e a maneira como deveria ser feita.

⁷⁴ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

para se fazer parte da Rede Brasileira de Prostitutas. Os quesitos em comum que ficam evidentes são o pertencimento à mesma categoria de trabalhadores, a manutenção da coesão de interesses e a responsabilidade de atuarem em prol do mesmo objetivo: a legalização da Profissão.

O conceito que utilizamos de “Movimento Social” não se propõe a audácia de uma teorização profunda acerca da conceituação avançada do tipo de movimento social no qual estão inseridas as prostitutas, e muito menos pretende uma qualificação categórica entorno do paradigma escolhido. O trabalho da Maria da Glória Gohn, intitulado Teoria dos Movimentos Sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos é de grande utilidade para uma aprendizagem sobre as abordagens teóricas sobre o tema (GOHN, 1997). Nossa pesquisa apoderou-se desse trabalho para fazer uma conceituação básica do movimento social que estamos analisando:

... ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil... (GOHN, 1997, p. 251)

Esta pesquisa foi desenvolvida segundo a metodologia da História Oral. Para orientação dessa metodologia e seu desenvolvimento, temos o apoio de textos que abordam a

prática da pesquisa com fontes orais e sua importância metodológica. Daí a leitura de textos como os de Paul Thompson, “A voz do Passado” (THOMPSON, 1992), e o texto que analisa a questão metodológica da história oral no Brasil feito por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, intitulado “A história oral no Brasil” (FERREIRA, 1996). Além da história oral, haverá a possibilidade de análise da documentação escrita relacionada ao tema. Na ONG Davida, tivemos acesso a jornais e folhetos no espaço criado como um “centro de memória”.

Desta maneira, cabe explicar que os jornais citados neste trabalho foram lidos em recortes encontrados nesse centro de memória da ONG Davida. Nem sempre era possível verificar os dados completos da publicação. Para facilitar e padronizar as referências dos jornais, preocupou-se em especificar o nome do jornal, o título da matéria e a data da publicação.

Contamos com um total de nove entrevistas realizadas e transcritas entre lideranças, colaboradores e participantes das organizações, as entrevistas foram numeradas e especificadas no final do artigo. O perfil dos entrevistados nos possibilita perceber a diferença no discurso. As lideranças e colaboradores apresentam uma ordenação de idéias mais politizadas e acadêmicas, enquanto que as prostitutas que participam das ONG focalizam suas experiências locais e demonstram divergências nas opiniões sobre as formas e

necessidade da profissionalização da prostituição. Através dessa diversidade de dados e relatos, foi possível a compreensão das representações feitas sobre as atuações políticas e suas vinculações com as causas do trabalho, saúde e auto-estima. As citações das entrevistas estão numeradas e especificadas no final do trabalho. Quando é exposto o diálogo da entrevista, o nome do entrevistador está abreviado em “FS”, que significa: Frederico Sidney.

Optamos por não criar pseudônimos, pois além de não ter sido solicitado pelas personagens entrevistadas, em nenhum momento houve qualquer preocupação com a exposição de seus verdadeiros nomes. Durante as entrevistas, foi possível perceber a convicção que tinham quanto à escolha de suas profissões e o orgulho pela participação nas atividades sociais.

O artigo é dividido em duas partes, tendo a primeira as abordagens acerca da história da prostituição e as políticas públicas referente às prostitutas na cidade do Rio de Janeiro. Isso possibilita um entendimento da localização da área do Mangue e as diferentes concepções sobre as atitudes que são tomadas em relação às prostitutas nas cidades.

Na segunda parte, analisaremos a organização das instituições que defendem a legalização da Profissional do Sexo e as atividades organizadas para solução dos problemas da categoria. Nessa parte, daremos atenção à estruturação da Rede Brasileira de Prostitutas.

PROSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO E POLÍTICAS PÚBLICAS

370

A prática do meretrício pode ser considerada uma constante na história do desenvolvimento urbano. Sua atividade é encontrada em relatos milenares. As citações bíblicas, por exemplo, são textos que evidenciam a busca por esse tipo de prestação de serviço⁷⁵. Esta afirmação é referente a uma justificativa de que este estudo inicia sua abordagem sobre o crescimento da prostituição no século XIX, sem querer menosprezar os séculos precedentes ou induzir a conclusão de que seria nos oitocentos que a prostituição teria se instalado no Rio de Janeiro.

O fato diretamente vinculado ao crescimento da prostituição no Rio de Janeiro foi exatamente o desenvolvimento que passou a cidade durante o século XIX, por diversos fatores: transferência da Corte de Portugal para o Brasil, imigrações, desenvolvimento de um centro exportador de café, etc. Devemos lembrar que foi durante este período

⁷⁵ O uso do termo prestação de serviço não se pretende qualificar esse tipo de atividade, apenas simplifica uma série de conotações que estão relacionadas à prostituição. Podemos perceber que existem especificidades entre a prostituta e o cliente quanto ao ponto de vista do interesse da realização desse exercício. Pela parte da prostituta poderíamos mencionar: a busca pela sobrevivência; riqueza; trabalho etc., pelo cliente temos a idéia da busca pelo divertimento, prazer etc. Esses interesses estariam implícitos na idéia da "prestação de serviço".

que se percebeu o aumento quase que ininterrupto da demografia nas grandes cidades da Europa e América.⁷⁶

A chegada da Família Real portuguesa modificou drasticamente a pacata vida colonial da cidade, pois, com a Corte, alterou-se a vida cultural, política e econômica do Rio de Janeiro, tornando-a mais complexa e importante (seria a capital do Reino Unido de Portugal e Algarves) (NEVES e MACHADO, 1999).

Demograficamente constata-se o crescimento da cidade durante o século XIX. Se por volta de 1808, quando chega a Corte no Rio de Janeiro, a cidade tinha em média 60.000 habitantes, essa população cresceu para 116.444 habitantes em 1821, segundo recenseamento organizado no mesmo ano. (SOARES, 1992, p. 10).

Durante o período após 1840 o Rio de Janeiro passou por diversos incrementos da sua vida urbana, como a instalação da iluminação a gás, chegada de novos imigrantes europeus, aumento do número de escravos devido à economia do café. A população em 1850 já tinha em média nos perímetros urbanos um total aproximado de 205000 habitantes. (SOARES, 1992)

Porém, desse total da população, houve uma discrepância entre os sexos, havendo muito mais homens instalados na cidade do que mulheres. Segundo Soares, esse

⁷⁶ Faz-se referencia nesse caso a diversos estudos sobre a revolução industrial, migrações e crescimento econômico do período.

diferencial entre os sexos é relacionado à chegada de mais migrantes homens do que mulheres.

Os anos de 1860 e 1870 foram significativos para crescimento de estabelecimentos industriais e comerciais na cidade, foi nesse período da história do Brasil que a atuação do Barão Mauá se destacou nos investimento da cidade. Realizam-se, nesse período, reformas urbanas e observa-se o crescimento das atividades econômicas referentes à indústria e ao comércio. A cidade passa a ter iluminação a Gás, novas linhas de bondes, fábricas e mais casas de diversão.

O aumento do número de pessoas e o maior desenvolvimento de atividades tipicamente urbanas (trabalho, lazer, aglomeração, etc) favoreceram a construção de uma conjuntura propícia para o exercício do meretrício. Rogério Botelho de Mattos indica a maneira como o incremento da vida urbana, associado ao amadurecimento das práticas capitalistas na cidade, criou uma mentalidade favorável às atividades do meretrício.

Por mais que tivéssemos passeios tipicamente familiares⁷⁷, paralelo a essa efervescência cultural, indicando uma visão negativa da prática da prostituição, as prostitutas não deixaram de ser vistas como uma parte positiva do

⁷⁷ O que se intenciona dizer com “passeios familiares” não conota sentido pejorativo a outros tipos de passeios. Apenas faz referência a passeios típicos que as famílias costumam fazer, como passear pelas ruas, jantar fora, ir ao teatro etc...

processo do aperfeiçoamento do capitalismo e da modernização. (MATTOS in: RIBEIRO, 2002).

As festas e o esplendor dos bordéis vinculam-se a uma visão cultural semelhante ao que ocorria na Europa, principalmente na cidade de Paris. O requinte francês se relacionou com a visão de suas mulheres e da riqueza de seus bordéis, estando inclusive sendo referência para prostituição de luxo na cidade.

Essa valorização não ocorreu amplamente. A aceitabilidade e exaltação das casas de prostituição não se verificam quando se analisam as instalações menos favorecidas economicamente. Junto com a prostituição, tivemos conseqüências negativas comuns ao crescimento urbano, principalmente se pensarmos na questão sanitária. Portanto, não foi difícil para os primeiros observadores do caos da cidade do Rio de Janeiro fazerem uma relação entre a negatividade das condições do baixo meretrício e as mazelas urbanas associadas ao crime, saúde e violência.

Como a atenção sobre o baixo meretrício estava associada aos problemas da cidade, seja ela pela parte policial ou médica, os primeiros estudos de que se tem notícia sobre prostituição são os trabalhos apresentados à Faculdade de Medicina e as publicações médicas especializadas. (SOARES, 1992).

Desta forma, é possível observar, nesses estudos, inúmeros casos de preconceitos e estereótipos relacionados à

mulher, escravo, clima e população nativa. As primeiras interpretações sobre a causa da prostituição apontavam diversos fatores que seriam determinantes, como a desvinculação com a doutrina cristã, falta de educação moral, miséria. Esses argumentos podem ser encontrados nos trabalhos do Dr. Lassance Cunha sobre a prostituição no Rio de Janeiro. (SOARES, 1992). Ou seja, são argumentos que procuravam justificar a escolha da prática do meretrício e ainda fazem parte da mentalidade no início do século XXI.

Ressaltamos, portanto, a complexidade das ações do Estado com as prostitutas, pois há interpretações sobre a atividade do meretrício que induziram algumas políticas públicas favoráveis ao aumento dessas atividades. Sobre esse assunto, destacamos primeiramente o argumento que levou o estado a desconsiderar possíveis danos da prostituição e tem relação direta com a idéia de que as prostitutas atenderiam a uma necessidade orgânica do animal humano. A prostituta teria um papel estabilizador dos ânimos sexuais dos homens cujas fantasias seriam contempladas com as meretrizes. (SOARES, 1992, p. 17).

Se os homens necessitam da prostituição para realização de seus instintos, no Rio de Janeiro, havia um agravante dessa situação por causa da discrepância entre o número de homens e mulheres. Isso cria um problema vinculado a outra interpretação que estimulou o apoio à prostituição feminina: a pederastia.

A prática homossexual, segundo Soares, era mais freqüente entre os caixeiros portugueses do “baixo comércio”. Criando outra forma de prostituição, que no caso seriam a masculina, o poder público chegou a tomar medidas oficiais para a tentativa de conter esse tipo de atividade.

(...) para obstar-lhe a impetuosidade sempre crescente deu-se o ato oficial da importação das primeiras meretrizes européias, em 1846, época em que o cônsul português, o Barão de Moreira, buscou destarte impedir a propagação do mal no baixo comércio, que se tornava então o foco mais perigoso deste flagelo social. (ALMEIDA, 1906, p. 76 e 77)

375

O que podemos perceber nesses casos era que o Estado chegava oficialmente a trazer mulheres para praticarem a prostituição. Isso ocorria no mesmo momento em que o Rio de Janeiro passava pelo desenvolvimento urbano e as políticas públicas começavam a associar a prostituição com a questão policial.

Apesar das preocupações das autoridades e dos preconceitos com a desordem e violência, a prostituição no Brasil nunca foi considerada crime pela legislação brasileira, porém seu exercício passou por uma criminalização através da condenação daqueles que propiciam o meretrício. Desde a segunda metade do século XIX a prostituição, que foi relacionada à causa policial, seria passível de repressão e

controle por parte das autoridades públicas de segurança. No final do século XIX, com a entrada em vigor do Código Penal de 1890, o lenocínio foi considerado crime, mantendo essa caracterização no momento em que estamos analisando este caso.

Seguindo a análise exposta por Jan Carlos Silva (SILVA in: ABREU, 2005, p. 72-105), a polícia passou por diversos processos de reforma desde sua inauguração em 1808, quando da chegada da Família Real Portuguesa. Desde sua estruturação, foram criados diversos órgãos como auxílio e complemento da atuação da polícia. No ano de 1841 foi feita uma grande reforma, quando foram criados os Juízes de Paz – eleitos pelos cidadãos de bens do distrito.

Esses juízes criavam as subseções, de no mínimo 25 residências, que ficariam sob a jurisdição do inspetor do quartirão. Desta forma ficou mais específica a idéia do controle territorial por parte do poder policial, que deveria estar atento às atividades ilegais do local. Numa de suas atribuições, deixa-se evidente: “advertir mendigos, vadios, bêbados e prostitutas a mudarem de vida para não sofrerem ação legal” (HOLLOWAY, 1997, p. 103 apud SILVA in: ABREU, 2005, p. 75).

Em 1871 a polícia perderia seu poder judicial, ficando restrita à questão da segurança pública. Porém, mesmo tendo a idéia de que a polícia ficaria submetida ao poder de direito, devendo respeitar leis e obedecer a um procedimento padrão,

isso não significou de fato a perda do poder desta instituição. Não é novidade na história do Rio de Janeiro que a polícia age de forma independente das leis. Tendo por base este argumento da forma arbitrária da atuação policial:

A compreensão da relação entre polícia e a sociedade se torna ainda mais difícil se lembrarmos que a polícia está contida dentro de certos limites: os da sua própria administração e os das regras da legalidade. A chave para desvendarmos o mistério não está nem na função, nem na instituição, nem na administração policial. Está em sua ação. A ação policial é praticada com base na realidade dos fatos. Nesse contexto, as regras são constantemente ultrapassadas pela prática. (LEITE, 2005, p. 26)

377

Com a consideração de que a questão da prostituição deveria ser analisada pela ótica da segurança pública, a polícia implementou diversos tipos de investidas na tentativa de: moldar a configuração das áreas destinadas à prática do meretrício; determinar a maneira pela qual essas atividades deveriam ser exercidas; e, em alguns casos, eliminar a realização deste trabalho.

Por meio dessas atividades do poder público podemos entender como no Rio de Janeiro a prostituição se concentrou no que foi chamado de Zona do Mangue. A história da idéia do confinamento das prostitutas passa pela tentativa de

regulamentação da prostituição, por mais que esse tipo de atividade nunca tenha sido oficialmente legislado pelo Estado Brasileiro.

Essa regulamentação teve como pressuposto o fichamento das profissionais do sexo que atuavam nas ruas da cidade. Com esse instrumento, a polícia conciliava suas ações com o tipo de exigência que se fazia por parte da comunidade, por isso começam as tentativas de remoção e confinamento das prostitutas. Entre os anos de 1890 a 1920 a polícia se incubiu de definir um território para a prostituição e os anos de 1920 a 1942 foram caracterizados pelo confinamento das meretrizes na Zona do Mangue e suas inscrições nas delegacias locais. (SILVA in: ABREU, 2005).

A constituição dessa área destinada para o trabalho das prostitutas não significou o completo cerceamento delas, pois no Rio de Janeiro é possível encontrar outros territórios onde é efetuada a prática do sexo profissional, a exemplo dos bairros da Lapa, Praça Mauá, Copacabana, Quinta da Boa Vista dentre outros.

Nossa atenção se focaliza no Mangue por conta do seu simbolismo, já que foi lá onde ocorreram diversos confrontos e diálogos em referência à questão da prostituição no Rio de Janeiro. Durante as décadas de 1950 e 1970, chegou-se a ter uma experiência da criação do que foi chamado de “República do Mangue”, definida pela sua estruturação própria na qual as

prostitutas do local poderiam eleger quem estaria no controle das casas onde trabalhavam.

A idéia da criação de uma república das prostitutas na zona do mangue do Rio de Janeiro teve como pressuposto a ação de controlar e permitir a prática saudável da prostituição. Podemos perceber as idéias que passam a fundamentar os planos policiais sobre a questão da prostituição na área do Mangue, verificando o pensamento de Armando Pereira acerca da prostituta, pois Pereira tornou-se comissário da Polícia em 1945, e depois de uma carreira jornalística, Faculdade de Direito e trabalho na delegacia do Mangue, criou um livro em que retrata suas idéias acerca desse tipo de atividade profissional.

379

Seu livro, intitulado: Prostituição, Uma Visão Global com segunda edição de 1976 (PEREIRA, 1976), ajuda na compreensão da visão policial do período da criação da República do Mangue. Uma de suas preocupações está em determinar quem faz parte do grupo envolto do meretrício. Desta forma, pode-se destacar: O proxeneta, pessoa que visa somente ao lucro, induzindo a mulher à prostituição; o Lenão ou cafetina, quem mantém a casa da prostituição, podendo ser entendido como uma espécie de empresariado; o rufião ou cafetão, aquele que é sustentado pela prostituta; e diversos outros atores que auxiliam nas atividades das mulheres do Mangue.

Tendo como base essas três figuras, podemos melhor entender a justificativa e os projetos de funcionalidade da República do Manguê. Juçara Luzia Leite, em seu trabalho sobre esse tema, ressalta:

É a partir da idéia da tentativa de anulação desses três elementos que Pereira passa a defender uma posição inovadora: para além do “regulamentarismo” e do “abolicionismo”, o “neutralismo” seria a forma mais eficaz de se eliminar o “meio prostitucional”, este sim ilegal, e não a prostituta ou a prostituição. Este pensamento é a chave para a compreensão da criação da República do Manguê. (LEITE, 2005, p. 40)

As atividades de sustentação da República do Manguê duraram em média até a década de 1970, quando novas políticas públicas para a prostituição são empregadas. Nesse caso, podemos levar em consideração alguns descasos com a questão da prostituição ou novas tentativas de remoção.

Será nesse contexto da década de 1980 que poderemos perceber a criação de uma mentalidade questionadora das próprias prostitutas sobre suas condições e a possibilidade do início da organização política. Nas resistências da sobrevivência do Manguê, as prostitutas se mobilizaram e se destacaram como sujeitos políticos.

Durante este período, constata-se, como grande aglutinador das prostitutas no Rio de Janeiro, o surgimento de

lideranças que começam a expor sua condição na mídia e referir-se como “trabalhadora”. Esse tipo de discurso começa a ser primeiramente abordado quando Gabriela Leite aparece nos Jornais e TV dando notoriedade à condição da prostituta desvinculada da comumente associação à mulher vitimada.

Nas suas participações em grandes reuniões e Encontros, inclusive a nível internacional, Gabriela consegue dar início a uma reflexão sobre a situação específica das prostitutas entre as suas colegas. Até então, a construção de uma identidade coletiva das mulheres que participavam dos trabalhos da Pastoral, baseava-se na unidade de experiências do ser mulher, pobre, marginalizada, excluída e vítima”. (MORAES, 1992, p. 273)

381

O texto faz referência a uma conjuntura própria da década de 1980 que é a crescente politização da vida política nacional. Neste período o Brasil estava no final da ditadura militar iniciada em 1964, o que contribuiu para uma intensa movimentação política acerca das possibilidades democráticas que então surgiam.

Entre os acontecimentos sociais que fazem parte desse período, ressaltam-se o surgimento do Novo-Sindicalismo, as campanhas das Diretas Já e, após o regime militar, as repercussões das discussões acerca da Assembléia Constituinte. É através dessa conjuntura que é importante

entender o envolvimento da Igreja, principalmente a Católica, nas causas dos grupos menos favorecidos.

Essa intervenção da Igreja Católica não era novidade na história do Brasil e podemos perceber que havia uma intenção, por parte dos membros da estrutura católica, de entender melhor a vida social e ao mesmo tempo contribuir para a melhora da qualidade de vida de seus fiéis. A idéia de uma ação da Igreja para se fortalecer frente às ameaças do seu poderio social faz parte do que Heloisa Martins analisou sobre a “crise da hegemonia”, consequência da perda do monopólio religioso do catolicismo brasileiro (MARTINS, 1994). A perda do monopólio corresponderia a fatores que indicavam a queda das vocações sacerdotais e os esforços da instituição para repor o clero, conter a pluralidade correspondente à religiosidade praticada pelo povo, além de controlar as crenças leigas e teorias atéias, como exemplo, o marxismo.

Mesmo que não se possa negar a importância dessa crise da hegemonia religiosa da Igreja, é importante entender essas modificações como um processo de interações de diversas conjunturas da sociedade e interesses institucionais. Ainda que a hegemonia católica estivesse ameaçada, havia questões sociais que pressionavam e influenciavam a maneira por meio da qual a linha de atuação da Igreja seria modificada. Estas forças vindas do meio social têm importância quando se leva em consideração que o novo

projeto de Igreja seria voltado para os problemas dos oprimidos. Entende-se que à medida que a Igreja se aprofunda no estudo sobre os problemas sociais, ela parte para uma idéia de ação voltada para a contribuição da melhoria desses problemas.

O fator que podemos demonstrar de grande incentivo para a mobilização política das prostitutas na década de 1980 será a junção da causa da prostituição pelo viés autônomo e defensor de sua dignidade com a experiência que já vinha sendo realizada pelos movimentos da Igreja e comunitários.

Em sua entrevista, Gabriela demonstra como iniciou o processo de divulgação da casa da prostituição na mídia e nos movimentos sociais:

Eu fui pro Mangue. Eu fui pra antiga Vila Mimosa. Fui batalhar lá. Lá eu estava batalhando e morando lá, eu um dia a gente recebeu a visita da Benedita da Silva que tava recém eleita no primeiro mandato dela, nos convidando pro encontro que ela ia fazer, que era o primeiro encontro de mulheres de favela e periferia. Aí fui e mais duas ou três colegas. Lá chegando estavam os primeiros parlamentares do PT, os primeiros aqui do Rio, tipo a Lúcia... ela depois ela foi pro Santo Daime, foi morar no Acre e largou toda política, Oh meu Deus, quando eu lembrar eu te digo. A Benedita, um monte de gente

assim nessa história e tinha gente mulheres de favela de todo lugar.⁷⁸

Assim percebemos a inserção de algumas prostitutas que, junto com a Gabriela, investem nos assuntos referentes à política e comunidade. Em outra parte da entrevista, ela deixa evidente que seria nesse momento que a mídia chamaria atenção:

Tinha lá um pessoal de uma rádio de um programa de rádio, o pessoal me entrevistou, foi aquela coisa: ó, prostituta que fala, né, aquela história toda. Eu não tenho porque prostituta não falava assim, a rádio me entrevistou. A partir dessa entrevista da rádio, eu fui procurada pela Folha de São Paulo, então a minha primeira entrevista foi pra Folha de São Paulo, pra jornal escrito, foi pra Folha de São Paulo, depois disso eu fui chamada prum programa de televisão, que era no SBT (...) Pra mim fui nesse programa, aí foi indo, aí povo começou a me chamar...⁷⁹

Como foi analisado nesse histórico da prostituição no Rio de Janeiro, houve uma série de intervenções do poder público nas questões da localização das atividades do meretrício e políticas destinadas ao controle das prostitutas. Desta forma, podemos analisar as políticas públicas

⁷⁸ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006.

⁷⁹ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

referentes à questão da prostituição. Isso nos auxiliará no entendimento sobre as diferentes ações do estado com as prostitutas e sobre a conjuntura da conscientização política das profissionais do sexo, como foi o caso das tentativas de remoção do Mangue da área central do Rio de Janeiro.

Destacam-se três modelos dessas políticas públicas: proibição, regulamentação e abolição da prostituição (SILVA in: ABREU, 2005). A proibição, como o nome diz, faz parte de uma maneira autoritária de se tentar resolver os problemas sociais, de forma a proibir, pela lei, a prática do meretrício. As prostitutas que vivem nesse sistema estão sempre sendo perseguidas pela polícia sobre o argumento da ilegalidade de sua prática. Como consequência direta dessas medidas, surge a necessidade de camuflar o exercício desta profissão. Através desse jogo com o poder público surgem as “zonas”, áreas de tolerância pelo poder público, as “dançarinas” e diversas formas de fugir da consideração de prostituta.

A regulamentação visa ao mapeamento das áreas ocupadas pelo meretrício e o estabelecimento de normas para o exercício da atividade. Um exemplo de criação de territorialidades como forma de expressão de poder, que no caso seria o controle. Existem vários métodos voltados para a regulamentação, como o fichamento das prostitutas, exigência de visitas periódicas a postos de saúde, criação de uma burocracia de certificados indicando as condições daqueles que estão sendo catalogados.

Esse modelo é o preferencial dos sanitaristas e dos projetos de “urbanização” das cidades. A partir da constatação do meretrício como uma prática natural dos meios urbanos, o que faz relação com o senso comum de que estaríamos tratando da profissão “mais antiga do mundo”, esse seria o melhor meio de se manter o controle sobre esta prática e evitar os maus urbanos dessa atividade, como a proximidade com a criminalidade e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis.

A consideração da inevitabilidade da prostituição está relacionada com a percepção de que em todos os momentos da história e em diversas estruturas urbanas houve a prática do meretrício. Desde os tempos antigos aos tempos modernos, encontramos experiências diversas de mulheres que se utilizam da prática do sexo para auto-sustentação. Isso ocorre mesmo nas regiões com boa qualidade de vida após o *welfare state*⁸⁰.

Por último, teríamos o modelo abolicionista, cuja intenção é extinguir as causas possíveis que levariam ao surgimento de prostitutas. Nesse caso, a principal característica é a “vitimização” da mulher prostituta. Elas seriam livres para o exercício de suas práticas sexuais, porém a repressão estaria ligada àqueles que cooptam com tal atividade. O surgimento desse tipo de mentalidade teve

⁸⁰ Menção ao tipo de política econômica que vigorou em grande parte dos países da Europa capitalista no pós-guerra, que proporcionou os melhores níveis de qualidade de vida para grande parte da sua população.

origem com a percepção de que a regulamentação não estaria sendo capaz de manter o controle sobre as profissionais do sexo.

O abolicionismo está vinculado a um viés conservador e moralizante, carregado de preconceitos referentes ao ideal comportamento feminino na sociedade. Esse nosso pressuposto também foi analisado no documento do Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas e da Coordenação de DST e AIDS. O ideal abolicionista teria surgido no século XIX, por um grupo de mulheres inglesas que reivindicavam a reforma moral da sociedade. Para aprimorar suas atividades, criaram a Federação pela Abolição da Regulamentação Governamental da Prostituição, e hoje tem sede em Paris com o nome de Federação Abolicionista Internacional (FAI) (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2002, p. 20). No Brasil, o abolicionismo é presente nos setores ligados a Igreja Católica que se relacionam com a questão da prostituição.⁸¹

387

Esse terceiro tipo de ação tem como parâmetro a possibilidade da erradicação total da necessidade de se ter

⁸¹ Nossa intenção não é fazer um julgamento de valor referente às iniciativas dos grupos ligados a Igreja que atuam com a causa da prostituição. É reconhecido os diversos benefícios que trouxeram as atividades desses grupos na área social, principalmente se for pensarmos nas questões indígenas, dos marginalizados, trabalhadores e menores de rua. No nosso caso específico, vinculamos a idéia de “conservador” e “moralizante” por conta das divergências encontradas entre as atividades da Igreja Católica e as considerações das ONGs que lutam pela profissionalização da prostituição.

Profissionais do Sexo na sociedade. Isso ocorreria com a eliminação dos fatores que levariam as mulheres a praticarem essa atividade profissional. De acordo com essa lógica, seria necessária a construção de uma “sociedade ideal”, sem os problemas socioeconômicos que vivem a maioria das populações.

O ideal abolicionista restringe-se ao indicador econômico como a causa da prostituição. Segundo este ideal, o exercício desse tipo de profissão seria consequência direta das carências materiais a que estariam submetidas essas mulheres. Negam-se, por exemplo, outros fatores que levam a manutenção da comercialização do sexo.

388

Há estudos que analisam o processo de entrada no mundo da prostituição, ressaltando uma combinação de vontades, objetivos e características, não necessariamente interligados: vaidade pessoal, divertimento, desilusão amorosa, um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer, por causa do namorado, para conseguir um objetivo, vingança, destino, gosto etc. (MORAES, 1992, p. 107). Podemos enfatizar também outros fatores psicossociais referentes ao erotismo, às fantasias ou até mesmo à consideração da exposição da masculinidade presente na negociação com a prostituta. Este último exemplo indica a manutenção deste comércio pelas necessidades presentes no ponto de vista dos clientes.

O contato, seja físico ou apenas visual, entre os homens que ali transitam favorece a troca de informações e a reafirmação da masculinidade, ostensivamente exposta por meio de olhares, gestos e atitudes que transpiram desejo e volúpia, denunciando uma clara intencionalidade para o sexo, ainda que não necessariamente consumado. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p.15)

Se nos deixarmos levar pela generalização de considerar a entrada na prostituição por conta da necessidade de sobrevivência, não daríamos conta do imenso universo da mente humana. Desconsidera-se que as condições gerais das sociedades levam milhões de mulheres a passarem pelas mesmas dificuldades financeiras. Não podemos esquecer que essa noção de “ganho” é completamente subjetiva, se pensarmos na eterna possibilidade de se ter um emprego melhor e com melhores salários. Qual seria o valor suficiente para abandonar a prostituição?

É com essa indagação, sobre os motivos da saída da profissão, que entendemos a relação entre os ideais abolicionistas e os que chamaremos de regulamentaristas. Pois, como já foi observado, mesmo nos países que lograram padrões de vida social e econômico confortáveis, há a existência de locais nos quais o sexo é comercializado. Portanto, na mentalidade dos que querem a regulamentação, se é impossível combater, cria-se uma política de controle.

A discussão sobre a abolição e esse projeto de sociedade perfeita esta presente nos discursos do movimento das prostitutas. Em entrevista a uma revista, verificamos a opinião de Gabriela Leite sobre projeto abolicionista. Indagada sobre a inexistência da prostituição na sociedade ideal:

Em tese posso concordar com 80% do pensamento dessa frase, mas ela implica com o pensamento de que no dia em que a sociedade ideal, para alguns o comunismo, chegar, não vai haver prostitutas. Primeiro: até chegar essa sociedade ideal, vamos dar as costas à prostituição? As prostitutas? Segundo: quando chegar a sociedade ideal, elas só podem acabar com a prostituição reprimindo-a, muitas sociedades européias desenvolvidas têm prostituição...⁸²

Os principais alvos do abolicionismo são os traficantes de mulheres, a prática de “escravização” das prostitutas e o próprio estabelecimento onde se efetuam os acordos sexuais, que são referenciados no termo lenocínio.⁸³ Devido a sua legislação, o Brasil se encaixa nesse modelo. A crítica feita a esse tipo de ação do estado em relação à meretriz é vinculada à penalização da mulher e ao mesmo tempo demonstra uma prática contraditória, já que a prostituição

⁸² Entrevista do Jornal Tribuna da Imprensa, entrevista de Leila Magalhães para Gabriela Leite. 20/07/1987

⁸³ Criminalização da exploração da prostituição. Estão inclusos nesse item qualquer casa, boite, bar ou qualquer órgão que possibilite a atividade da prostituta.

seria permitida, mas o local onde é exercida não. Desta forma, a fragilidade das profissionais, repressão e o desrespeito às mínimas condições de cidadania são fatores que prejudicam a construção e manutenção de um esquema de conquista dos direitos da mulher prostituta.

O Brasil, portanto, possui atitudes contraditórias com a idéia abolicionistas por conta das políticas de remoção das casas para outras localidades na cidade do Rio de Janeiro. Houve uma retirada deliberada das prostitutas da área central e a concentração de suas atividades para outra região, que ficou conhecida como “Mangue”. Essa ação corresponde ao modelo de regulamentação, como foi o caso da experiência da “República do Mangue”.

Isso demonstra que os poderes possuíam o conhecimento da existência de tais estabelecimentos e estavam transferindo-os para outras áreas, até a consolidação do bairro das prostitutas, chamado de “Vila Mimosa”. Porém, essa região não estaria livre de problemas com os interesses de outras categorias, como as dos vizinhos e dos comerciantes em geral. Formou-se um território cuja identidade dividiria espaço com diversos outros grupos que comumente possuem opiniões opostas quanto à constituição e finalidade do espaço ocupado.

Aparecida Fonseca de Moraes, em sua dissertação sobre a identidade social e o processo de organização política das Prostitutas no Mangue (MORAES, 1992), nos auxilia no

entendimento de como as investidas nos seus locais, na década de 1980, puderam aprimorar a conscientização política na zona do Mangue.

No caso específico da Vila Mimosa, Moraes indica dois fatores que ocorreram logo após o I Encontro, vinculados a esta questão do espaço, contribuindo para organização política própria na região. O primeiro foi a investida do Pastor Fanini para a remoção da zona do meretrício por conta da criação da sede de sua TV.

Esta tentativa iria unir as prostitutas e as cafetinas em defesa de seus territórios, dando ênfase à caracterização das atividades da Associação das Prostitutas, fundada logo após a realização do I Encontro, focalizadas nas questões comunitárias e profissionais. O outro evento foi a tentativa do poder público de criar um “Centro Integrado para fins de atendimento ao meretrício no Município do Rio de Janeiro”, que ficou conhecido como “piranhódromo”, designação dada para as obras públicas que cercavam os espaços para contenção e demarcação para as diversas atividades na cidade, como as criações do “sambódromo” e do “camelódromo”.

O projeto de lei que se refere à criação do “piranhódromo” surge no legislativo em 1989, e encontra uma Associação das Prostitutas instalada e com sede própria. Mais uma vez foi feita uma mobilização em defesa dos seus espaços. O que podemos perceber é que, diferente das

outras investidas no espaço das prostitutas no decorrer dos séculos XIX e XX, haveria uma instituição própria das prostitutas que defende, junto ao poder público, a defesa de seu território a partir do final de 1980.

Nessa conjuntura que foi organizada a realização do I Encontro Nacional das Prostitutas, em 1987, na cidade do Rio de Janeiro. Este encontro contou com a colaboração do ISER (Instituto de Estudos da Religião) e foi coordenado pela Gabriela Leite. Cabe enfatizar que estava em desenvolvimento nesse período uma crescente mentalidade política reivindicativa e que isso contava com a ajuda de partes dos representantes das Igrejas. Segundo Aparecida Fonseca Moraes (MORAES, 1992), a inserção de algumas prostitutas nos trabalhos de apoio desenvolvido por agentes externos, como foi o caso da Igreja, incentivou a criação de lideranças que começaram a questionar o rumo do discurso social empregado por esses movimentos.

As prostitutas começam a se ver capazes de criarem seus próprios movimentos, concentrando a atuação na defesa de sua existência e de seus direitos. Essa seria uma interpretação nova sobre a realidade da prostituição, pois os organismos externos de apoio às meretrizes normalmente as visualizam como vítimas. No caso da Pastoral da Mulher Marginalizada, por exemplo, o objetivo do discurso é que a sociedade teria que criar condições para que não houvesse

mais prostituição, tirando a culpa da mulher e a transferindo para a sociedade.

Em uma reportagem do Jornal O Globo, em 21/07/1987, durante a realização do I Encontro, Gabriela Leite demonstra sua visão crítica e podemos entender também a forma como as lideranças começam a interpretar as maneiras que a sociedade procura encontrar soluções sobre a existência da prostituição.

Somos 10 milhões no país, esta é uma profissão que sempre existiu. Somos contra as teses de direita, que dizem que a prostituta é um mal necessário e contra as de esquerda que afirma que as prostitutas é resultado de uma sociedade capitalista, passível, portanto, de recuperação com a sociedade ideal. Ora, as duas são reacionárias, não somos vítimas, é uma opção de vida que vai continuar a existir enquanto houver 35 milhões de menores abandonados, de mais de 2 milhões, pelos dados oficiais, de desempregados. Enquanto não chega essa sociedade ideal temos que lutar por nossos direitos, pelos nossos espaços e não continuarmos marginalizadas. E aqui estamos hoje numa escola, quando mais de nós nunca entraram numa para estudar.⁸⁴

⁸⁴ Jornal O Globo, *Prostitutas se reúnem sem preconceito*. 21/07/1987.

Essas trabalhadoras passam a questionar suas condições de marginalizadas dos setores da sociedade. Esse reconhecimento contribui para uma melhor análise de seus problemas, tendo em vista que não seriam grupos de intelectuais nem políticos fazendo esses discursos, mas as próprias Profissionais do Sexo.

As demonstrações de apoio contribuíram para o melhor desenvolvimento do evento, pois fortalecia a idéia de que elas deviam assumir suas condições sem culpa. O encontro foi organizado tendo em vista uma dinâmica que incluía discussões em grandes plenárias, onde podiam ser observadas as grandes emoções dos organizadores do Evento, e também as reuniões em pequenos grupos.

Na abertura, puderam ser presenciados choros das líderes e as declarações de estarem realizando um sonho há muito esperado, como foi o caso de Gabriela Leite. No decorrer do evento, era relatada a intenção de se criar um documento para ser levado à Assembléia Constituinte e de se fazerem ouvir pelos representantes políticos. Numa reportagem da revista Manchete, em agosto de 1987, foi relatada a comoção quando houve a presença do senador Nelson Carneiro, que se propôs a ser porta-voz das prostitutas junto às autoridades.⁸⁵

Nesta mesma matéria, é concluído que foi importante para as mulheres presentes no encontro a percepção, pelas

⁸⁵ Revista Manchete, 08/1987. Matéria de Jussara Martins, pagina 107.

personalidades políticas e artistas presentes, do reconhecimento de suas condições de cidadãs e membros de uma categoria profissional. Isso contribuiu com as estratégias das organizadoras do encontro quanto ao desenvolvimento de uma maior interatividade por parte das próprias prostitutas por conta da criação de uma atmosfera amigável para se expressarem sem receios.

As pequenas conferências tinham a intenção de contribuir com a construção de uma intimidade maior entre as mulheres, proporcionando locais onde poderiam debater mais intimamente sobre suas condições de trabalho e desenvolver melhor uma crítica quanto às questões gerais da profissão. Percebendo ainda algumas dificuldades para fazer com que as mulheres se sentissem mais à vontade em se exporem, outras estratégias foram realizadas para melhorar a participação, como a realização de conversas em locais mais diferenciados. Daí pequenos grupos começaram ocupar locais como escadas e corredores, e, vivenciando um caráter mais informal da discussão, foi possível uma maior revelação de seus “modos de vida”. (MORAES, 1992)

Um fato relatado que merece consideração é que, além da notoriedade que esse encontro proporcionou na mídia, permitindo que suas vozes fossem divulgadas para amplos setores da sociedade, as prostitutas notaram a adesão dos próprios funcionários que cuidavam da manutenção do centro de artes. As faxineiras, que inicialmente as haviam

hostilizado, estavam presentes no fechamento do encontro demonstrando apoio.⁸⁶

A partir da análise da organização e fechamento do evento, celebrado em forma de festa e homenagens realizado num ato público no Circo Voador, podemos começar a analisar suas conseqüências. O objetivo do encontro seria discutir abertamente com outras prostitutas, representando várias partes do país, os problemas referentes às condições de trabalho, cidadania e violência. É também notória a intenção de se criar uma organização permanente.

Segundo Gabriela Leite, o I Encontro possibilitou a criação de atividades importantes que permanecem em desenvolvimento até o momento da pesquisa:

...esse encontro lançou as bases pra Rede Brasileira, que a gente queria era se juntar mais, a gente também pensou que precisava ter um veículo de comunicação, naquela época não existia Internet, nada disso. Então a gente pensou em fazer um jornal, e aí eu convidei o Flávio em 88 e, dezembro de 88, a gente lançou o Beijo da Rua...⁸⁷

Esse relato se refere à criação da Rede Brasileira de Prostitutas e de um editorial que se chamaria “Beijo da Rua”. Esses órgãos foram criados no decorrer dos anos após o I Encontro. Nos jornais da época, foram mencionadas as

⁸⁶ Revista Democracia Viva. Abril de 2006 – Junho 2006, Ibase.

⁸⁷ Entrevista 2 - Otilia Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

intenções de criação de instituições políticas com objetivos próprios da categoria.

Na Revista Manchete⁸⁸ é exposto que haveria a idéia de criar organizações estaduais próprias, com recursos angariados pelas próprias integrantes. Na Tribuna da Imprensa⁸⁹, num tom mais classista, é dito que as prostitutas se organizariam em uma associação e dariam o primeiro passo para a profissionalização da prostituição.

A expressão social acarretada pelo encontro e a disseminação do ideal de amadurecer as atividades políticas das prostitutas demonstraram o quanto foi aproveitada essa conjuntura. Principalmente na região do Mangue no Rio de Janeiro, onde ocorreu uma grande mobilização para a defesa de seus espaços e o surgimento de uma instituição, como foi o caso da Associação de Prostitutas da Vila Mimosa.

Os resultados do I Encontro foram satisfatórios tanto na parte psicossocial, através do fortalecimento da mentalidade direcionada para a valorização da mulher, como na parte da prática militante, pois foi a partir desse evento que tivemos o surgimento dos primeiros órgãos em defesa das prostitutas por elas mesmas dirigidos.

Dentre o surgimento das instituições que defenderiam a causa da prostituição e estariam na discussão da composição da Rede Brasileira de Prostitutas, temos o exemplo do Davida

⁸⁸ Revista Manchete, 08/1987. Matéria de Jussara Martins, pagina 107

⁸⁹ Jornal Tribuna da Imprensa, *As Prostitutas se organizam*. Rio de Janeiro, 20/07/1987.

e do Fio da Alma. A ONG Davida foi fundada em 1992 pelo grupo que trabalhava nos projetos de prevenção do Iser, que tinha como componentes, por exemplo, Gabriela Leite, Flávio Lenz e Doroth.

Já a Fio da Alma, com a presidência da Ivanilda Santos de Lima, é fundado no final da década de 1990, que contou com o auxílio e experiências dos participantes do Projeto Integrado da Marginalidade (PIM). Estes fatores demonstram que as lideranças dessas ONGs tinham apoio e vivências de trabalho em outros órgãos, e aproveitaram os momentos nos quais tiveram a chance de construir institutos próprios para a defesa das prostitutas.

Mesmo se considerarmos que durante a década de 1990 possa ter surgido ONGs com lideranças que não estiveram presentes no I Encontro, como foi o caso da Fio da Alma, o convívio entre as lideranças e o compartilhamento dos mesmos problemas profissionais fizeram parte, diretamente e/ou indiretamente, da difusão dos objetivos do encontro realizado em 1987.

Um fator que faz parte desta nossa discussão sobre a institucionalização do movimento, e que está implícito no aprimoramento da atuação política expandida num patamar nacional, é a organização de um instrumento capaz de manter convergente as atividades e possibilitar a ajuda mútua entre os órgãos das prostitutas. É assim que na próxima seção

analisaremos a configuração da Rede Brasileira de Prostitutas.

REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

400

Dentre as formas de organização da militância política das Profissionais do Sexo, a Rede Brasileira das Prostitutas é a mais complexa. Um dos principais problemas que temos, que se refere à definição dessa organização, é a ausência de um instrumento legal que oficialize a existência desta rede. Porém, mesmo sem um regulamento e um documento cartorial que indique sua organização, suas representações e reconhecimento entre as participantes do movimento são inegáveis. Isso fica nítido tanto nas abordagens favoráveis observadas nas entrevistas como nas críticas feitas entre lideranças sobre a definição do pertencimento ou não na rede.

A coordenação desse órgão situa-se na própria ONG Davida, onde podemos encontrar cartazes, folhetos e demais meios que divulgam a existência da organização no âmbito nacional. Na memória histórica do movimento, registra-se o I

Encontro realizado em 1987 como o marco fundador da Rede Brasileira de Prostitutas.⁹⁰

Para especificarmos melhor o assunto desta parte do trabalho, gostaríamos de deixar indicado que nosso entendimento sobre o que seria essa organização nacional teve como parâmetro: a compreensão da conjuntura política e social que condiz com uma busca generalizada em se organizar em redes sociais e a procura por uma aproximação do conceito de rede apropriado para o movimento das prostitutas sem deixar de lado suas peculiaridades.

Desta maneira, trabalhamos com o pressuposto de que a escolha pela organização do movimento em rede faz parte de um processo amplo que está contido nos dilemas políticos e sociais presentes no cenário do final do século XX. Mesmo sem a negação das particularidades dos atores sociais, há uma interação com as ideologias difundidas nas últimas décadas do século, referentes à globalização e à flexibilização.

No caso dos movimentos sociais, não podemos negar a problemática do desmantelamento dos aparatos do estado capazes de promover ou manter a justiça social. A retirada da responsabilidade direta do poder público com alguns setores da sociedade incentivou a criação de diversas redes de apoio

⁹⁰ Folheto fornecido na ONG Davida – produzido pela Rede Brasileira de Prostitutas – sem data. Essas informações também podem ser vistas no site da rede: <http://www.redeprostitutas.org.br/> acessado nos meses de 06 de 2006 à 11/2007.

para escolas, hospitais, associação de moradores dentre outros. (MINHOTO & MARTINS, 2002, p. 88)

No caso específico das prostitutas, nota-se a intenção de fugir das formas tradicionais organizadas em pirâmides hierárquicas para proporcionar mais agilidade e adaptação às diversidades nos organismos que respondem por seus problemas. Como exemplo prático, aponta-se a eliminação de partes dos problemas referentes ao financiamento desses movimentos pelos institutos estatais e/ou privados. A ausência de uma centralidade administrativa permite que cada representação tenha o provimento mais apropriado a suas demandas e projetos.

402

Essa abordagem acerca dos novos pensamentos que estariam influenciando a organização do movimento das prostitutas corresponde, em parte, às análises feitas por Laurindo Dias Minhoto e Carlos Estevam Martins. Sobre a configuração de novos modelos organizacionais, percebe-se que a posição entendida acerca das estruturas piramidais parte da:

crença de que o controle hierárquico constituir-se-ia numa limitação eficaz às incertezas geradas no ambiente externo às organizações, o que leva as organizações piramidais a se concentrar demasiadamente no controle dos recursos, em detrimento do controle dos resultados obtidos. (MINHOTO & MARTINS, 2002, p. 86)

O dialogo que estamos fazendo sobre a organização do movimento das prostitutas em rede teria uma relação direta com essas questões acerca da hierarquia e com uma preocupação em respeitar a autonomia de cada participante. A proposta é nova, e sua percepção dentro do próprio movimento é difusa. Há uma grande influência, nesse caso, da maneira de pensar de Gabriela Leite sobre as formas tradicionais de representação dos trabalhadores em geral. Indagada sobre a sindicalização:

...quem sabe a gente transa um sindicato mais leve, né? Do que esses que estão por aí, mas vai ser necessário sim. É.. eu acho que a gente ganha muita coisa com a legalização e perde outras, né? A gente perde, por exemplo, esse ar meio romântico da nossa organização a gente perde..⁹¹

403

O que percebemos é que as Profissionais do Sexo são direcionadas a procurar meios criativos para possibilitar uma maior representação das suas questões. A profissão ainda não é legalizada e por isso a sindicalização é inviável. Suas questões vão além das propostas que permeiam as atividades tradicionais classistas, pois não são focalizadas no âmbito político-econômico, e sim reivindicam uma extensão da idéia de cidadania e de maior aceitação quanto à diversidade do comportamento sexual dos indivíduos. Daí sua inserção no debate acerca das redes nos movimentos sociais:

⁹¹ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

Nesse caso, ao se constituir sob o signo da promessa de alargamento e redefinição do fazer político tradicional –, balizado pela hierarquia classe/partido/ estado –, o conceito de rede ganha uma dimensão romântica, de natureza libertária pós-moderna. (MINHOTO & MARTINS, 2002, p. 95)

A estratégia utilizada pelo movimento social das prostitutas a partir do I Encontro, principalmente o discurso e a prática da gestão da ONG Davida durante a década de 1990, é a criação e o fortalecimento da Rede Brasileira de Prostitutas. Esse entendimento das intenções do encontro em 1987 pode ser percebido não somente nas falas da Gabriela Leite, mas também em outros estudos realizados sobre o tema, como podemos ver nesta citação de Aparecida Fonseca de Moraes:

(...) I Encontro, em 1987, inicialmente o objetivo era propiciar o surgimento de iniciativas como esta em vários pontos do país, de forma a ser facilitar a articulação de uma *rede de contatos e intercâmbios entre as prostitutas* e visando, acima de tudo, o desencadeamento de ações conjuntas de reivindicações dos direitos sociais. (MORAES, 1992, p. 280)

Tendo consciência da delicadeza na definição desse tipo de organização e a própria constituição da rede em si,

teremos que ressaltar alguns fatores que serão a base do que entendemos de “rede” e a problemática da verificação dessa organização entre as próprias prostitutas. Isso é consequência pela escolha “informal” da atuação da rede, pois não há um registro, centro de comando, estatuto. Uma opção própria dos idealizadores dessa entidade que prioriza, antes de tudo, a autonomia dos seus componentes.

Para seguir nosso raciocínio, listamos as características necessárias para entender a funcionalidade da Rede Brasileira de Prostitutas, tanto pelo discurso, como pela prática. Tais características foram consideradas na definição de rede por Cássio Martinho (MARTINHO, 2001)

- Valores e objetivos compartilhados: O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns;
- autonomia: Cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação;
- vontade: Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade;
- multiliderança: Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas;

- descentralização: Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial e
- múltiplos níveis: Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.

406

Essas características gerais expostas acima irão contribuir para a compreensão das especificidades da Rede Brasileira de Prostitutas. Desde sua formação, essa rede passou por problemas de concepção e sustentação percebidos pelas próprias lideranças e colaboradores. Note que, neste caso, não estamos apenas preocupado com a correta utilização do conceito teórico, e sim em entender e perceber, na prática, como está sendo realizado o trabalho de mobilização política das prostitutas que se propõem a ter uma representatividade nacional.

A Rede Brasileira organiza-se em diversas localidades e se integra através de contatos que chamamos de *informativos*. Mesmo que levemos em consideração que o tipo de "poder" associado à noção de território não se efetua de forma *stricto sensu* no caso do movimento nacional das Profissionais do Sexo, já que não há a necessidade de manter

um controle ferrenho sobre a composição, estruturação e integração dessa entidade, há a necessidade de manter esse movimento organizado e coerente, principalmente quando se necessita planejar eventos como encontros e constituir parcerias.

Vejamos um exemplo do que seria a expansão da rede e do movimento das prostitutas:

Nesse projeto, que é um projeto maior, que é um projeto político e formação de lideranças, militâncias, né? Trazer mulheres pra estarem participando do movimento, da rede... ele se dá também a gente vai nos lugares, a gente pinta duas pessoas interessadas, que queiram entrar nesse universo da militância, elas vão vir aqui no rio, vão receber um treinamento e vão fazer um projeto e vão começar as atividades no seu lugar. Em São Paulo é a Rua Augusta a princípio, a gente tem duas mulheres da Rua Augusta, e aí tem um trabalho que a mulher se envolve tanto com o trabalho, não é só ela, não é personificar o trabalho, é criar uma estrutura pra que outras mulheres então se organizem, entendeu? Se organizem pra brigar pelos seus direitos, inclusive o direito fundamental que é o reconhecimento da profissão, além do CBO.

(...)

Tanto é que a gente tem lá... vamos lá, tem o contato de novo com Araruama, o trabalho floriu, as meninas querem criar uma instituição, pelo menos uma organização primária pra começar fazer o trabalho. Macaé ta lá... entendeu? As coisas ficaram (...) ⁹²

É interessante observar que, no desenvolvimento das atividades pelas instituições representantes das Profissionais do Sexo, houve o contato com outras ONGs existentes que faziam um trabalho de prevenção com as prostitutas, mas que não possuíam a prostituição como foco de seu trabalho. É o caso de uma ONG chamada Fada ⁹³, em Araruama, que faz um trabalho de suporte aos soropositivos. Porém, com o contato estabelecido com a ONG Davida, houve a possibilidade de desenvolverem trabalho em conjunto com as prostitutas na cidade.

O pertencimento à Rede Brasileira de Prostituta não seria oficial, inclusive durante a realização da entrevista com a Kátia (coordenadora do projeto de prevenção da ONG Davida) é afirmado que essas ONGs não fariam parte da Rede, mas que haveria um “flerte” entre elas. Como procuramos entender o funcionamento desta instituição nacional, não haveria essas necessidades formais para se considerar parte integrante, e sim demonstrar disponibilidade

⁹² Entrevista 7 - Kátia Monteiro, realizada em 02/04/2007

⁹³ Esta ONG é citada na entrevista de Kátia Monteiro em 02/04/2007 (Entrevista 7).

para efetuar trabalhos em conjunto e apoiando a causa da prostituição. Nos meios de divulgação, como site e cartazes, defini-se esta organização como “sendo um grupo e associações de prostitutas e *entidades colaboradoras* comprometidos com a promoção e defesa da cidadania e dos direitos humanos da categoria”. (grifos nossos)

Outra forma de demonstrar a composição do que seria a formação desse espaço da Rede é quando há a afirmação de sua não-participação. Nesse caso, temos como exemplos as entidades que não se dispõem a defender a profissionalização da prostituição. As Pastorais Sociais e a Associação de prostitutas da área da Vila Mimosa do Rio de Janeiro, por exemplo, não são consideradas como integrantes da Rede Brasileira de Prostitutas.

Para analisarmos as atividades desenvolvidas, nos limitamos às abordagens acerca das organizações não-governamentais do Rio de Janeiro, ONG Davida e Fio da Alma. As referências feitas a respeito da generalidade dos espaços foram baseadas: nas entrevistas das participantes que mencionam outras regiões; na interação entre diferentes órgãos; e na própria noção nacional que encontramos nos planejamentos de algumas ações. Exemplo disso foi a participação do movimento das prostitutas e representantes do Ministério da Saúde nas discussões sobre o financiamento e planejamento das campanhas preventivas das doenças sexualmente transmissíveis.

A Rede Brasileira de Prostitutas, deixando claro o entendimento que temos dos sujeitos que aderiram à noção da construção dessa rede, desenvolve atividades com finalidade de contribuir com a auto-estima da imagem da Profissional do Sexo. Segue uma lógica da valorização da profissão de acordo com a reivindicação da legalização da categoria. Os atos de convencer uma trabalhadora de que sua imagem não representa negatividade e de investir na superação da vergonha de sua profissão estimularam uma visão positiva no grupo de mulheres que se vêem como importantes e úteis dentro do movimento. Apesar disso, permaneceu, entre essas prostitutas, uma memória coletiva referente aos preconceitos que marcaram a imagem da prostituição.

Podemos perceber a necessidade de se investir na questão da auto-estima das prostitutas em inúmeras campanhas das organizações da categoria. No início de sua mobilização, quando ainda estava conhecendo personagens políticos e participando de reuniões, Gabriela chega a mencionar, num encontro que teve em Salvador com representantes da Pastoral, uma preocupação com a maneira como as prostitutas seriam tratadas, mesmo por aqueles dispostos a contribuir com a condição da prostituta:

Vocês estão me tratando como um cachorrinho, entendeu. Aí começa toda história, e também porque eles chamavam as prostitutas lá desse

encontro de Salvador chamavam as prostitutas de “Meninas”, meninas entre aspas. No sexto eram meninas entre aspas também, então as meninas elas falavam assim em público, meu nome é fulana de tal e eu sou uma “menina” de Feira de Santana, entendeu? Uma história assim.⁹⁴

Nesse trecho, Gabriela ressalta que a prostituta deve ser chamada como ela é, ou seja: Prostituta, e com isso não se deixar levar pela conotação pejorativa do termo, já que seria parte da valorização da profissão. Mesmo considerando que esta fala é de uma líder e que, por si só, já possui o discurso para a valorização, a questão da preocupação com a defesa do lado positivo da imagem da Profissional do Sexo está contida no discurso das trabalhadoras das ONGs, com é o caso da Rita, secretária-multiplicadora do Fio da Alma:

Lá a gente aprendeu tudo isso e passamos pra frente, entendeu? Passamos pra outras, pra outras meninas e também com direito da auto-estima delas, que elas têm a auto-estima lá embaixo, se você falar um risco, um risquinho a toa que você ofendeu elas, elas já acham que o mundo vai cair nas costas delas. Né?

FS – Pode dar um exemplo?

Rita – Por exemplo se você reprimir... se você chega perto dela: Ah, você é uma puta, uma

⁹⁴ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

vagabunda, você não vale nada. Aquilo ali pra elas já é uma ofensa. Hoje em dia ela retribui a você o que você ta falando⁹⁵

Essa personagem possui experiência com casos de mulheres vítimas de maus-tratos. Em várias partes de sua entrevista, sua memória vincula-se à militância em informar sobre os direitos civis e sociais e melhorar a visão da prostituta sobre si. A possibilidade de uma prostituta revidar uma ofensa, ou procurar por justiça é um grande avanço em sua opinião. Em seu depoimento, percebemos o quanto ela valoriza sua condição sob o aspecto da independência que possui por conta do seu trabalho:

412

FS – Você sempre foi prostituta assumida...

Rita – Sabe porque? Tem aquela história Fred, eu própria me sustento e não te peço nada, então você tem que respeitar aonde eu to. Quando eu fui trabalhar na praça, ninguém da minha família queria me dar nada, eu dormia no hotel, comia no hotel, entendeu? Então não tinha uma vida, não tinha casa, não tinha nada. Foi se outra pessoa passar, ta fazendo o que aí? Pegando home (...)⁹⁶

A identidade da prostituta, no caso de Rita, está amadurecida por conta das suas realizações e há uma convicção da sua participação como uma mulher batalhadora

⁹⁵ Entrevista 5 - Rita de Cássia, realizada em 09/03/2007

⁹⁶ Entrevista 5 - Rita de Cássia, realizada em 09/03/2007

na sociedade. O termo em si, “prostituta”, não seria ofensivo, sem mesmo haver necessidade da utilização de eufemismos para nenhuma das entrevistadas. Porém, não podemos deixar de notar que entre essas trabalhadoras não há consenso sobre as denominações que podem trazer um entendimento negativo acerca da Profissional do Sexo.

A maneira pela qual se deve dar o “nome” para as Profissionais do Sexo faz parte de uma intrigada cadeia de entendimentos sobre as reais representações que essas mulheres têm na sociedade. A partir da nossa participação em encontros organizados e observando os diálogos entre as prostitutas presentes, constatamos uma interessante classificação que diferencia a “puta” da “prostituta”.

Ivanilda, presidente da ONG Fio da Alma, menciona que a puta é aquela mulher que rouba o marido da outra, enquanto que a prostituta é a mulher que presta seus serviços sexuais. Essa concepção não descarta o teor negativo que possui o termo “puta”, normalmente utilizado em xingamentos. A negatividade deste nome está relacionado à prática da mulher que seria a responsável pelos adultérios, que desejam o parceiro(a) alheio(a). Note que, nesse caso, não apenas se referencia às meretrizes e sim a qualquer indivíduo que se posiciona na classificação de amante externo a uma relação monogâmica.

Já para Gabriela Leite a conotação de “puta” é identificada como uma opção de vida e está associada a um

entendimento lúdico da profissão. O termo teria uma representação carismática da imagem das prostitutas, sem o peso da negatividade que o nome geralmente conota. É interessante ressaltar que dicionários da língua portuguesa designam a palavra puta como sinônimo de prostituta (HOUISS & VILLAR, 2002; FERREIRA, 2004).

De qualquer forma, nas entrevistas, há geralmente a utilização do termo como sinônimo mesmo, como é o caso da Rita, falando sobre um evento com a participação da Ivanilda e o interesse das pessoas sobre as Profissionais do Sexo: “(...) ó, são tudo prostitutas, e eles vêm falar com a gente que eu acho que é curiosidade, pra ver se puta sabe falar, entendeu?”⁹⁷

A participação em diversos encontros contribui para que as próprias voluntárias das ONGs e demais trabalhadoras percebam a sua importância no movimento. Não podemos esquecer que foi exatamente a aparição de prostitutas que assumem sua condição, sem demonstrarem preconceito ou remorso, que fortaleceu a organização política das Profissionais do Sexo.

Um fator que está contribuindo também com a auto-estima dessas trabalhadoras, principalmente para aquelas que trabalham nas ONGs, é a percepção do interesse demonstrado pelos ouvintes nos encontros e o modo que seus trabalhos são divulgados na mídia. Numa entrevista

⁹⁷ Entrevista 5 - Rita de Cássia, realizada em 09/03/2007

realizada em 13/11/2006, a prostituta Rosa disse sobre o Fórum Social em Porto Alegre:

FS – Como é que foi o Fórum?

Rosa – Ah, o Fórum foi muito bom, viu! Foi maravilhoso! Além de a gente viajar todo mundo junto, fazer uma farra danada, o trabalho lá também foi muito positivo, todo mundo gostava de chegar lá e perguntar, ne tudo.

FS – então, como é que eram essas perguntas, essas atuações...

Rosa – É... como que nasceu a idéia... agora sempre tava a Gabriela lá também, ih o pessoal ficava tudo doido lá. Uma loucura total.⁹⁸

415

Rosa é uma prostituta que trabalha no Campo de Santana, Rio de Janeiro e é multiplicadora na ONG Davida, e se propôs a fornecer a entrevista sem nenhum problema, pois houve conflitos de horários na ONG o que fez com que ficássemos sem ninguém para entrevistar. A Rosa, então, se prontificou em ser entrevistada, o que demonstra uma confiança e segurança na sua importância como informante.

O seu otimismo e irreverência ficam nítidos conforme perguntamos justamente sobre a diferença que ela poderia analisar entre o antes de entrar na ONG e o depois:

⁹⁸ Entrevista 3 - Rosa Antonia de Melo Martins, realizada em 13/11/2006

FS – Você pode dar um exemplo assim que você diferencia assim, atuação antes de você ter entrado na ONG e como é que você percebe isso agora, sendo multiplicadora...

Rosa – A minha auto-estima era bem baixa, depois que eu entrei aqui a minha auto-estima é bem elevada. Tanto que eu disse que eu sou linda, né? (risos) Melhorou muito, conhecimento também, que eu já conheci várias pessoas.

FS – E você tenta ajudar as outras prostitutas a terem o mesmo conhecimento.

Rosa – Com certeza.⁹⁹

Seu foco de valorização teve como um dos motivos a possibilidade de se fazer notável e útil. Seu discurso demonstra a força da sua atividade por contribuir para o combate de doenças através do fornecimento de informações sobre saúde e, o mais importante, ser a personagem confiada para exercer esse meio de comunicação.

A atividade da multiplicadora foi uma reivindicação da própria Rede Brasileira de Prostitutas que tinha como finalidade dar à prostituta a possibilidade de participar do processo de informação e capacitação para a função da prevenção. As responsáveis por exercer tais atividades estariam multiplicando a capacidade de difusão dos meios saudáveis de exercer suas profissões, pois, quanto mais

⁹⁹ Entrevista 3 - Rosa Antonia de Melo Martins, realizada em 13/11/2006

peessoas são informadas, mais elas podem se tornar informantes. Nesse caso, nota-se a preocupação, por parte do movimento das Profissionais do Sexo, da necessidade de desenvolver a confiabilidade que as trabalhadoras deveriam ter.

... a prostituta deveria ocupar o lugar de protagonista da prevenção. Munida de informações, poderia tornar-se uma agente de prevenção (...) definiu-se como essencial a participação das prostitutas na formulação das políticas de prevenção relacionadas a esse segmento específico. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 46)

417

Esse tipo de trabalho e reconhecimento desenvolveu uma percepção de valorização na prostituta Maria, outra multiplicadora da ONG Davida. Extrovertida, Maria faz questão de mostrar sua satisfação expondo sua notoriedade no movimento:

Viajo sempre pra São Paulo, nós agora, não ultima vez viajamos pra Belo Horizonte, nós fomos pro Congresso de Belo Horizonte, é, mas muita gente mesmo, muito elogiado, muita foto, e muito gente da sociedade, de vários países da Itália, de vários lugar, desfilamos na Rua Augusta de São Paulo, desfilamos em Belo Horizonte, conheci as prostitutas de lá. Mas fazemos viagens que eu nem

planejava conhecer um dia, mas quando será? Mas foi pelo Davida, que passei a conhecer, e pelo Davida eu trabalho também na prevenção há 10 anos com a Gabriela....¹⁰⁰

No seu discurso, também é muito valorizada a sua participação na Daspu, uma grife de roupas criada pela ONG Davida que deu visibilidade a causa da prostituição até no mundo da moda. Além da satisfação de pertencer a um grupo de prevenção de DST e ser confiada para tal atividade, ser modelo da Daspu ofereceu a oportunidade de se ver valorizada também pela propaganda de roupas que usualmente são feitas por modelos jovens dentro de um exigente padrão de beleza.

418

Perguntada sobre a invenção da Daspu, Maria responde:

essa invenção foi muito legal, foi uma surpresa. Nem eu sabia, de eu ser escolhida pra ser manequim e desfilas para Daspu, ser manequim, mostrar as roupas, e logo assim no primeiro dia, eu me senti um pouquinho emocionada, um pouquinho de vergonha, mas pouquinho só, muita vergonha não, eu nunca tive vergonha, de nada, graça a Deus! O que a gente faz por gosto a gente não pode ter vergonha, pelo contrário, a gente tem que ter sem vergonha, e saber trabalhar, se saber

¹⁰⁰ Entrevista 4 - Maria da Silva Santos, realizada em 13/11/2006

trabalhar consegue tudo, e vou lá no mercado pra também explicar, né? Aí, começamos a desfilar e tudo aí com a Gabriela, e com a intermédio da Bete, com a prevenção (...)¹⁰¹

Toda essa representação valorizada da Profissional do Sexo e a visão positiva sobre a vida e trabalho, que estão presentes nas entrevistas, não ficam imunes dos consagrados estigmas por que passam as prostitutas na sociedade. A coragem de assumir sua atividade profissional, de fazer a defesa das mulheres em programas de prevenção e em divulgação da grife de roupas criada pela ONG Davida não apagam da memória dessas personagens que a marca de meretriz é uma representação negativa sobre suas vidas.

Podemos perceber várias formas encontradas para justificar o exercício dessa profissão, e uma dessas justificativas se encaixa no modelo de ação do Estado abolicionista, que tira da mulher a culpa de estar praticando tal atividade. A prostituta, nesse caso, é vítima do modelo econômico, sendo a causa da sua escolha, externa, fora do âmbito pessoal. Sendo assim, estaria sempre presente a possibilidade de se construir meios para impedir essa escolha profissional.

Essa lógica faz parte da memória de Rosa e Maria, já que ambas admitem terem exercido outras profissões antes de serem prostitutas. Entretanto, com a opção da prostituição,

¹⁰¹ Entrevista 4 - Maria da Silva Santos, realizada em 13/11/2006

houve um retorno econômico mais satisfatório para a realização de seus planos. Esse modelo de explicação ameniza os danos negativos para a prostituta, porém, quando os meios econômicos fogem da justificativa da escolha da profissão:

(...) deparamos com uma representação social da prostituta que aponta como um ser imerso em lascívia, insaciável, pecaminoso e pernicioso à moral e aos bons costumes. Não raramente, essa 'outra' imagem associada à prostituição surge quando se percebe alguma fratura no discurso econômico que tenta explicá-la. Ou seja, quando fracassam as tentativas de fazer com que o sujeito prostituído abandone o desvio social ao qual supostamente, foi lançado pela miséria (...) (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2002, p. 12)

Com esse tipo de interpretação, podemos entender um pouco o limite da valorização da imagem das prostitutas que nos forneceram entrevista. Não houve problema ao exporem suas luta para aceitação individual como prostituta e multiplicadora, mas quando se trata da oficialidade e do registro profissional, ainda encontramos, na memória dessas personagens, uma idéia negativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da prostituição no Rio de Janeiro esteve vinculado ao desenvolvimento urbano pelo qual passou a cidade desde a transferência da Família Real Portuguesa, em 1808. Conforme a cidade se expandia, tanto demográfica como economicamente, cresciam as atividades ligadas ao meretrício. O que foi possível perceber é que a notoriedade da expansão do comércio sexual ao mesmo tempo em que contemplou uma visão modernizadora, respaldada no esplendor das casas de prostituição de luxo, também criou os primeiros alarmes referentes ao malefício desse tipo de comércio nas áreas menos favorecidas economicamente.

As atitudes do estado em relação às prostitutas sempre foram contraditórias, dependendo das influências que estavam referenciando a tomada das decisões. Ao mesmo tempo em que se incentivava a migração de prostitutas, por conta da preocupação com o aumento dos casos de pederastia, observado como consequência da desproporção entre os gêneros devido à chegada maior de migrantes masculinos, começavam a surgir meios de criminalizar as estruturas vinculadas ao meretrício. Desta forma, a criminalização caminhou para um tipo de pensamento no qual a prostituta é considerada vítima das conjunturas adversas da sociedade, sendo criminosos aqueles que gerenciam a prostituição.

Quando foi atribuída, para a polícia, a responsabilidade de controlar o território e incentivar os mendigos e prostitutas

a mudarem de vida para não sofrerem ações legais, ocorreram as primeiras investidas de demarcação dos espaços da prostituição, mesmo quando a polícia perdeu seu poder judicial. Desta forma, no decorrer do século XX, houve várias investidas do poder público, e da polícia, nas transferências das casas de prostituição e no incentivo de concentrar essa atividade em uma área específica da cidade, que ficou conhecida como Zona do Mangue.

Foi nesse espaço que tivemos os primeiros ensaios da construção de uma identidade política das prostitutas no Rio de Janeiro, principalmente após a chegada da Gabriela Leite, uma prostituta de São Paulo. Com sua experiência política, incentivou a conscientização em defesa da causa da Profissional do Sexo. Inicialmente, o apoio à organização política contou com a contribuição de agentes externos, como foi o caso da interação com alguns setores progressistas da Igreja Católica, porém, não tardou a se tornar nítida a diferença do pensamento acerca da definição do que seria a questão da prostituição.

Para a maioria dos setores religiosos, a prostituta é vítima da sociedade injusta e capitalista, devendo o estado oferecer condições para que não haja necessidade da mulher se prostituir. O movimento político que estava surgindo na Zona do Mangue tinha como pressuposto a afirmação da identidade da Profissional do Sexo, vinculando diretamente as questões do meretrício com a causa trabalhista. A prostituta

deveria ser definida como uma profissional e ser respeitada como tal.

Essa é uma postura que contrasta com todas as tradicionais considerações acerca das políticas públicas referentes à prostituição. Proibir, regulamentar ou abolir não contemplam mais a necessidade percebida por este movimento. É necessária a legalização e a descriminalização da estrutura que sustenta o meretrício. As casas de prostituição seriam encaradas como empresas e as prostitutas de rua seriam protegidas pela lei contra os abusos dos aproveitadores dessa atividade.

O amadurecimento dessas considerações sobre a Profissional do Sexo contou com a organização de um movimento político que ganhou notoriedade na mídia e expandiu-se pelo território brasileiro, incentivando o surgimento de instituições que defendessem a profissionalização dessa profissão. Durante a realização do I Encontro Nacional das Prostitutas, na cidade do Rio de Janeiro em 1987, foi criada a base da estruturação da Rede Brasileira de Prostitutas, uma entidade que integra os organismos e grupos que trabalham com a questão da prostituição e se identificam com legalização dessa forma de trabalho.

Constituíram-se grupos autônomos que procuram manter a coerência do movimento, criando suas próprias atividades e buscando apoios e financiamentos mais

apropriados para seus planejamentos. Dentre as principais ações desses organismos, as campanhas de prevenções de DST/AIDS tiveram respaldo por parte do Ministério da Saúde, e possibilitaram a vinculação dessas atividades com a valorização da questão profissional da prostituta e da melhoria da sua auto-estima.

Porém, ao mesmo tempo em que durante as entrevistas percebemos o orgulho das mulheres em se assumirem prostitutas e serem protagonistas dos projetos de prevenções de doenças, ainda persistem reflexos do estigma da imagem negativa da meretriz, principalmente quando perguntadas sobre a assinatura da carteira de trabalho. Fato que demonstra que não é somente por elas mesmas que a valorização deve ser feita, e sim pela própria sociedade. O respeito à Profissional do Sexo deve partir do pressuposto de que se trata de uma profissão como qualquer outra, contribuindo com o fim de preconceito referente às mulheres que optaram por esse tipo de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Pires de. **Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro)**; estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1906.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

425

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **O dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, maio 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&A, 1997.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Eric (Org.). **Gilles Deleuze: uma diva filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

HUYSEN, Andréas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, Otavio. **Teorias da Globalização**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEITE, Gabriela. **Eu mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

LEITE, Juçara Luzia. **República do Manguê**: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954 – 1974). São Caetano do Sul: Yendis, 2005.

MARTINHO, Cássio. Algumas palavras sobre rede. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa (Orgs). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. **Igreja e Movimento Operário no ABC**. São Paulo – São Caetano do Sul: Hucitec, 1994.

427

MATTOS, Rogério Botelho de. A dinâmica dos espaços da prostituição na cidade do Rio de Janeiro: 1840:1940. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

MEYHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5.º ed., Edições Loyola, 2005.

MINHOTO, Laurindo Dias; MARTINS, Carlos Estevam. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos Fundap**. n.º 22, 1.º semestre de 2002. Disponível em

<http://www.fundap.sp.gov.br/index.asp?link=publicacoes/cadernos/cad22/cadernos22.asp&linktitfigtxt=publicacoes/publicacoesfiguratxt.asp&linknoticia=publicacoes/publicacoesnoticias.asp&linktitfig=publicacoes/publicacoesfigura.asp> Acessado em 27 jul de 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE POLÍTICAS DA SAÚDE & COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST E AIDS. Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e AIDS. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

428

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**. Prostituição e identidade social: a experiência da Vila Mimosa. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 1992.

NEVES, Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, Armando. **Prostituição, uma visão global**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti: Ed. Fluminense, 2002.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, Jan Carlos da. A polícia e o controle da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1841-1942). In: ABREU, Maurício de Almeida. **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**: estudo da geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicações, 2005.

429

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, Ilhoas, Polacas...** A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 2.º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As Peculiaridades dos Ingleses.** Campinas: Unicamp, 2002.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ENTREVISTAS REALIZADAS:

Entrevista 1 – Ana Marina, entrevista realizada em 04/09/2006
– pesquisadora da ONG Davida

430

Entrevista 2 – Otília Silva Leite (Gabriela), liderança do movimento, coordenadora da Rede Brasileira de Prostituta, presidente da ONG Davida - Entrevista realizada em 18/09/2006

Entrevista 3 – Rosa Antonia de Melo Martins – Prostituta e Multiplicadora da ONG Davida – entrevista realizada em 13/11/2006

Entrevista 4 – Maria da Silva dos Santos - Prostituta e Multiplicadora da ONG Davida – entrevista realizada em 13/11/2006

Entrevista 5 – Rita de Cássia – Prostituta, Multiplicadora e Secretária da ONG Fio da Alma – entrevista realizada em 09/03/2007

Entrevista 6 – Sandra Selma – Prostituta e Multiplicadora da ONG Fio da Alma – entrevista realizada em 09/03/2007

Entrevista 7 – Kátia Monteiro – Coordenadora dos projetos de prevenção da ONG Davida – entrevista realizada em 02/04/2007

Entrevista 8 – Ivanilda Santos de Lima – Prostituta e Presidente da ONG Fio da Alma – entrevista realizada em 15/06/2007.